

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1008849-07.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Embargante: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**
 Embargado: **VALDIR MARTINS RIBEIRO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos etc.

O INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, já qualificado, opôs os presentes embargos à execução que lhe moveu VALDIR MARTINS RIBEIRO, também qualificado alegando excesso de execução na medida em que o embargado não observou o v.Acórdão que reduziu os juros de mora a 6% ao ano, além do que, não observou os índices corretos de correção monetária, como o IGP-DI até Janeiro/2004 e de Julho/2009 em diante, os índices da poupança. Pediu a procedência dos embargos para fixação do valor da dívida em R\$ 74.974,89.

O embargado apresentou impugnação sustentando que o v.Acórdão não modificou a porcentagem dos juros, fixados em 12% ao ano, além do que, quanto aos índices utilizados pelo embargante, o STF declarou inconstitucional o art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a nova redação dada pela Lei nº 11.960/09, de modo que os embargos devem ser julgados improcedentes.

Por determinação do Juízo os autos foram remetidos à contadoria, procedendo-se a conferência dos cálculos apresentados pelas partes, à vista da decisão proferida às fls.57, vindo a informação de fls.60, da qual as partes deixaram de se manifestar.

É o relatório.

DECIDO.

O valor da renda mensal inicial é inconteste. O embargante concordou com a renda apurada pelo embargado, já tendo sido implantada no valor de R\$ 899,98.

Com relação aos juros e correção monetária dos atrasados, temos que não assiste razão ao embargante.

Nos cálculos do embargante, para atualização dos valores atrasados, foram utilizados os índices do IGP-Di até Janeiro/2004, INPC a partir de Fevereiro/2004 e TR a partir de Julho/2009, além de juros de 12% ao ano até junho/2009 e juros de 6% ao ano de julho/2009 a maio/2012 e índices de poupança variável.

Contudo, observa-se que o v. Acórdão estabeleceu que a atualização do débito se daria pelos índices de correção pertinentes e acrescidos de juros moratório a partir do termo inicial do benefício, ficando relegada para a fase de execução a definição de ambos e dos critérios a serem utilizados, observando-se, no que couber, o julgamento da ADI nº 4357 pelo STF.

Com efeito, em relação a utilização da TR como índice de correção


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

monetária, o plenário do Colendo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIn nº 4357 e 4425, finalizado em 14 de março de 2013, (que produz efeitos, enquanto não modulados, ex tunc e erga omnes), entendeu ser inconstitucional a sua aplicação.

Pelo julgamento da ADIn decidiu-se que há impossibilidade jurídica da utilização do índice (TR) de remuneração da caderneta de poupança como critério de correção monetária, o que caracteriza violação ao direito fundamental de propriedade (cf, art. 5º, XXI) e inadequação manifesta entre meios e fins, de modo que, para a atualização monetária, devem ser aplicados os seguintes índices, respeitando-se o período aplicado: o INPC (janeiro a dezembro de 1992), IRSM (janeiro de 1993 a fevereiro de 1994), URV (março a junho de 1994), IPC-r (julho de 1994 a junho de 1995), INPC (julho de 1995 a abril de 1996), IGP-DI (de maio de 1996 até o cálculo), seguindo-se oportunamente a atualização pelo IPCA-E ante a regra do art. 18 da Lei nº 8870/94 e posterior extinção da UFIR. Nesse sentido: (TJSP – Apelação nº 4009377-88.2013.8.26.0577, Rel. Cyro Bonilha, 16ª Câmara de Direito Público, j. 29/07/2014).

No que respeita aos juros de mora, razão assiste ao INSS, pois, devem ser computados 12% ao ano até a vigência da Lei 11.960/09, ou seja, da citação (16/06/2008 – fls.20-verso do apenso) até de maio/2009 deverão ser aplicados juros de 12% ao ano; a partir de junho/2009, deverão ser aplicados os índices determinados pelo art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, conforme redação dada pela Lei nº 11.960/09, pois, *nas condenações impostas à Fazenda Pública de natureza não tributária, os juros moratórios devem ser calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos da regra do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com redação da Lei n. 11.960/09.* (STJ, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, AgRg no AREsp 288026/MG, in DJe de 20/02/2014).

Com tais considerações, julgo procedentes em parte os presentes embargos, devendo ser refeitos os cálculos na forma acima indicada.

O embargado sucumbe em menor proporção, de modo que deverá arcar com o equivalente a 30% das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da liquidação, atualizado, ficando ao embargante os 70% restantes, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita concedida ao embargado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTES EM PARTE os presentes embargos, e determino sejam os cálculos de liquidação refeitos, utilizando como índice de correção monetária o INPC (janeiro a dezembro de 1992), IRSM (janeiro de 1993 a fevereiro de 1994), URV (março a junho de 1994), IPC-r (julho de 1994 a junho de 1995), INPC (julho de 1995 a abril de 1996), IGP-DI (de maio de 1996 até o cálculo), seguindo-se oportunamente a atualização pelo IPCA-E e juros de mora de 12% ao ano de 16/06/2008 até maio/2009 e, a partir de junho/2009, deverão ser aplicados os índices determinados pelo art. 1º-F da Lei nº 9.494/97; CONDENO o embargante ao pagamento de 30% das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da liquidação, atualizado.

P.R.I.

São Carlos, 24 de maio de 2016.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA